



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2019 -----

Aos trinta do mês de abril de dois mil e dezanove, pelas dezoito horas, reuniu-se no Edifício da Assembleia Municipal de Mondim de Basto o órgão deliberativo deste Município. -----

PRESENCAS: -----

A deputada municipal Maria João Loureiro Ribeiro, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Maria Jacinta Carvalho Gomes. -----

A deputada municipal Sandra Cristina Ferreira Morais, impossibilitada de comparecer a esta sessão da Assembleia Municipal, requereu a sua substituição, nos termos do disposto no artigo 18º, nº1, alínea c), da Lei 75/2013, de 12 de setembro, por Paulo Pereira. -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO -----

Pelas dezoito horas e dez minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que a sua primeira questão nesta Assembleia se prendia com uma pergunta que foi feita ao senhor Presidente na reunião do executivo do passado dia vinte e oito de março relativa a se tinha conhecimento do consultório dentista da Unidade de Saúde Familiar de Mondim de Basto não se encontrar em funções. Passado mais de um mês, queria colocar novamente esta questão, agora aqui na Assembleia Municipal, se o senhor Presidente tem alguma informação ou mantém este desconhecimento. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que no dia dezasseis de abril foram confrontados com o anúncio público do Ministro do Ambiente e da Transição Energética, João Pedro Matos Fernandes, de que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

a Barragem do Fridão não seria construída. Como já tornaram público na altura, o PSD não encara o fim deste impasse como sendo uma vitória ou uma derrota para quem defendia ou não a construção da barragem, mas sim como um momento de grande exigência governamental e autárquica. Exigência com o Governo central para que os prejuízos causados pelo impasse que criou sejam compensados, exigência para que o caudal ecológico do Rio Tâmega possa ser assegurado, exigência para melhorar a qualidade da água do Rio Tâmega e abolir as descargas poluentes a que ainda é sujeito e exigência para a criação de um plano de valorização dos rios Tâmega e Cabril e das suas margens por forma a potenciar os recursos naturais que têm sido esquecidos e são subaproveitados. Nesse sentido, queria aproveitar esta oportunidade para manifestar ao senhor Presidente da Câmara, enquanto representante eleito pelos munícipes, a disponibilidade do PSD para se associar a qualquer ação municipal de defesa dos interesses dos cidadãos e do património. E aproveitar também esta oportunidade para questionar o senhor Presidente da Câmara no sentido de saber se tomou alguma diligência desde o anúncio público no dia 16 de abril. De seguida colocou mais uma questão que se prende com a divulgação do orçamento participativo, integrado no Orçamento de 2020, em que o município colocou na divulgação uma restrição de participação a munícipes com idade compreendida entre os 16 e os 29 anos. Questionou se foi um lapso tendo em consideração que as regras na plataforma só restringem a participação para pessoas com idade igual ou superior a 16 anos. Por fim, colocou uma questão sobre o programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos. Foi apresentado já este programa e já vários municípios aplicaram a redução tarifária dos passes mensais do serviço rodoviário. Questionou o senhor Presidente sobre qual o ponto de situação do município sobre esta matéria. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder às questões colocadas. Sobre a unidade de saúde oral referiu que a informação que tinha é que a unidade estava a funcionar, tendo obtido essa informação há uma hora atrás, quer pela ARS, quer pela confirmação com o Centro de Saúde. De facto na altura respondeu que não sabia, nem tinha que saber pois a unidade de saúde oral tem os recursos que constam do protocolo que foram assumidos pelo município e que estão lá e a colocação em funcionamento da unidade de saúde oral é da responsabilidade do Ministério da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Saúde. Se houver algum problema com a colocação, como foi o caso, do médico dentista não cabe à Câmara Municipal. Obviamente que a Câmara Municipal, sabendo e sendo parceira no projeto, terá o dever e fizemo-lo alertando quando soubemos da situação, mas não pode ser atribuída ao município qualquer responsabilidade sobre isso. Aquilo que compete ao município está estritamente cumprido. Foi colocada a cadeira, foram colocados todos os equipamentos que foram pedidos, portanto da parte do município está tudo assegurado. A informação que obteve é que esteve algumas semanas sem médico dentista mas que a situação já está resolvida. Sobre a barragem do Fridão este é um assunto que nos merece muita atenção. Aliás, estranhamente ou não, esta questão acabou por ter uma leitura e um impacto nacional, não se circunscreveu apenas à questão local. Basicamente, diria que foi positivo haver uma decisão e que o município nunca se manifestou contra ou a favor da barragem. Esteve-se vários anos sem qualquer decisão, neste impasse, passaram dois governos e um passou uma legislatura inteira sem qualquer decisão, e o atual governo em 2016 adiou a decisão por três anos. Portanto parece-lhe positivo haver esta decisão. Mas chegados a este ponto o que é importante é assegurar que, se a barragem fosse construída, o município tinha uma verba na ordem dos 3.500.000 Euros para receber, tendo já recebido uma parte, cerca de 800.000 Euros. Alguns projetos do quadro comunitário estão a ser executados com a contrapartida nacional que está a ser assegurada pela EDP, outros que ainda estão em concurso vão entrar também em obra e serão assegurados por esses 800.000 Euros que foram desbloqueados há cerca de dois anos atrás. Mas existem 2.300.000 Euros que faziam parte dessas contrapartidas. É necessário ter uma visão muito prática e as ações em tribunal devem ser sempre em último recurso porque todos sabemos quanto tempo demoram as ações em tribunal, sabemos que normalmente contra o Estado raramente conseguimos levar a melhor. Já houve contacto com o senhor Ministro do Ambiente, iremos sentar logo que haja disponibilidade com o senhor Ministro, para tentar assegurar essa verba ou uma verba muito próxima desse valor para que se possa executar projetos nesse valor. Um plano de valorização do rio, da margem ribeirinha, poderá ser uma solução mas deve dizer que, a ser, será a extensão toda do concelho. Se essas negociações falharem, obviamente que o município, como último recurso, terá que, e como forma de pressão sobre o Estado, meter uma ação em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

tribunal. Primeiro iremos tentar assegurar esse dinheiro de outra forma, já que não conseguimos esse dinheiro por aquilo que estava protocolado pelas razões que todos conhecem: o dinheiro só viria se a barragem viesse e se houvesse emissão da licença. Estamos a defender os interesses do município. Podem-nos acusar de muita coisa mas não nos podem acusar seguramente de não defendermos os interesses do município. Recordou para os mais distraídos que a variante está a ser construída porque também houve negociação e porque houve bom senso. As ações em tribunal são sempre o último recurso e são muitas vezes usadas como forma de pressão política, até porque para o tribunal é necessário definir os prejuízos e todo um conjunto de situações que não são fáceis. Espera e está convencido que, tal como aconteceu com a variante, o município irá ter alguns benefícios e algumas oportunidades. Relativamente ao orçamento participativo, referiu que se fez de facto uma alteração na idade, entre os 16 e os 29, não foi lapso nenhum até porque a proposta foi à reunião de Câmara e foi aprovada por unanimidade. Foi uma opção do executivo no sentido de tornar o orçamento participativo ajustado a uma faixa etária mais jovem, entendem que o modelo que estava em vigor, quer o valor, quer o facto de não haver limite de idade, não funcionou em pleno como estavam à espera e fizeram essas alterações. Sobre a questão dos transportes e do passe social, referiu que o senhor Vereador Paulo Mota estava a acompanhar esse dossiê pelo que iria prestar os esclarecimentos. -----

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dizer que, em relação ao PART, o município de Mondim de Basto está a trabalhar em conjunto com a Autoridade de Transporte que é a CIM do Ave no sentido de tentar encontrar a melhor forma de aplicação dessa verba que o Estado, em boa altura, decidiu disponibilizar. O PART, pese embora ter aplicação em todo o território, nota-se claramente que foi pensado para as grandes cidades e para as áreas metropolitanas onde a aplicação daquele valor foi imediata e foi através do desconto nos passes de circulação. Nos territórios pertencentes à CIM do Ave, como Mondim e Cabeceiras, essa aplicação não faz muito sentido porque não vai a Câmara financiar um passe com o valor do PART que não tem qualquer tipo de utilização. Neste momento, quer as autoridades de transporte quer as próprias empresas de transportes estão a começar a encontrar soluções que nos permitam oferecer redução no preço das viagens para determinados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

públicos que venhamos a definir. Atualmente já se está a aplicar parte do valor do passe financiando a 100% o transporte do secundário. É verdade que em Mondim, por ser um município que já fazia essa atenção para com os alunos do secundário, à partida é uma medida que não se faz notar porque eramos dos poucos municípios que já financiavam esses passes a 100%: o passe secundário tem um financiamento obrigatório de 50% e o município de Mondim já fazia, por iniciativa, um financiamento a 100%. Portanto esta aplicação do PART, que foi uma opção tomada ao nível da CIM, em Mondim não se fez notar porque já o fazíamos. Está-se também a estudar em paralelo soluções para fazer a redução do valor por viagem. A aplicação da parte que nos é permitida, que é 40% do valor do PART, poderá ser aplicada no alargamento da rede, na oferta de novas redes. Estamos também a estudar isto sendo que o surgimento de uma nova rede carece de um processo de licenciamento ao nível do IMT e das novas autoridades de transportes, um pouco burocrática mas que nós contamos resolver. Portanto não entrará tão rápido nestes municípios como entrou nas cidades porque foi um processo pensado para as áreas metropolitanas mas contam a breve prazo, depois de resolvidas estas questões burocráticas, juntamente com a CIM do Ave e com as entidades que prestam serviço neste território, conseguir apresentar uma série de medidas de redução tarifária e do alargamento da rede com o PART. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que a questão que colocou sobre o Orçamento Participativo se prende, por um lado, porque na plataforma onde é ativado o Orçamento Participativo ainda consta que a idade de participação é igual ou superior a 16 anos e portanto daí ter questionado se seria um lapso ou não. Mas também aproveitou a oportunidade para fazer aqui uma resenha, até das edições anteriores, em que houve pouca participação, inclusive sugeriu quando foi discutido isso que a própria Assembleia fosse envolvida no incentivo da participação dos mondinenses, e restringir a idade não lhe parece ser a forma de aumentar a participação, aliás costuma ser ao contrário. Portanto se a ideia era um envolvimento maior junto da juventude podia se criar aqui outro incentivo que pudesse ir de encontro desta faixa etária, não lhe parece que reduzir a idade de participação possa ser um fator do aumento dessa mesma participação. Relativamente ao programa de apoio para a redução tarifária, compreende que a realidade do nosso município é



efetivamente diferente das dos municípios mais urbanos, no entanto já existe dotação para a CIM, já é conhecida, existem inclusive municípios da CIM do Ave que já aplicaram esta medida, e portanto, compreendendo a dificuldade que possa fazer um ajuste àquela que é a nossa realidade, aquilo que gostava de sensibilizar é que cada dia que passa, cada semana, cada mês, acaba, em ultima instancia, a ser a população aquela que não está a beneficiar do programa que já está ativo em outros municípios, portanto apelava aqui à celeridade na solução que for encontrada. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que o CDS-PP fica muito contente pelo facto do serviço do médico-dentista estar novamente disponível, registando então que o problema esteve na contratação do médico-dentista. Referiu que queria deixar esclarecido ao senhor Presidente que não lhe foi atribuída qualquer responsabilidade no sentido de ter que tirar satisfações ou outro tipo de questão relativamente a isto. O que aconteceu foi terem realmente ouvido falar que o gabinete não estaria a trabalhar e com um investimento de 40.000 Euros da autarquia parado seria triste e desagradável não haver uma preocupação de quem gere estes dinheiros. Ainda relativamente à questão da barragem, referiu que queria colocar algumas questões. No ano de 2014, a Junta de Freguesia de Mondim de Basto interpôs uma ação popular contra a EDP e o Governo português tendo por base os prejuízos provocados no concelho pelo impasse na construção da barragem. Este ano, e após a decisão final, sabem que a autarquia avança com um pedido de indemnização pela demora na decisão e pelos enormes transtornos causados à população e à autarquia. Referiu que o senhor Presidente da Câmara menciona num dos seus comunicados à comunicação social que realmente há vários constrangimentos, principalmente ao nível do turismo, da valorização do rio Tâmega, das zonas ribeirinhas e de milhares de hectares que estão cativos em termos de PDM uma vez que constituem uma zona de proteção especial. Houve portanto investimentos que não foram feitos. Refere também um estudo prévio com os montantes da indemnização que julga ter direito. Face ao exposto, perguntou qual é o montante, de que valores é que estamos a falar, e, uma vez que também refere que está disponível para colaborar com os populares que se sintam prejudicados, e por uma questão de coerência por parte do CDS-PP, perguntou se a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ação encetada pelo CDS-PP no ano de 2014 é agora merecedora do apoio do atual executivo, sendo inclusive o executivo da junta liderada pelo seu partido. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que a senhora deputada faz uma mistura e uma confusão, mas já é habitual, entre CDS-PP e junta de Mondim. Isso já pertence ao passado. É a Junta de Mondim porque o senhor Presidente da Junta de Mondim não representa o Partido Socialista, representa os fregueses e que o próprio não representa o Partido Socialista, representa o município. Isto é uma questão de pormenor mas é muito importante que possamos fazer essa diferença. Não é uma ação popular do CDS-PP, é uma ação popular de 2014 da Junta de Freguesia de Mondim. O Presidente da Câmara perguntou em que é que resultou essa ação popular? Está lá uma ação popular no tribunal, que benefícios é que isso teve para a população? Nada. Absolutamente nada. Portanto não vê razão nenhuma para alterar a postura do município. Terminou dizendo que o município irá fazer a negociação dentro daquilo que é o quadro institucional com o Governo e, se essa negociação falhar, obviamente, como último recurso, e sem saber o desfecho, usará essa possibilidade. -----

O deputado municipal **José Francisco Teixeira Lopes** usou da palavra para dizer que, ao contrário do que já ouviu dizer, considera que a não vinda da barragem para Mondim traz prejuízos enormes para o concelho porque sem a barragem muito difícil será desenvolver o concelho de Mondim porque a barragem ia trazer com certeza turismo, postos de trabalho e iríamos conseguir fixar os nossos jovens que tanto necessitam de trabalho e que não conseguem ter aqui. Mondim vai ficar muito mais pobre. Aquilo que deixava aqui ao senhor Presidente da Câmara e a todos os deputados é que todos se juntassem e fizessem um esforço junto do Governo, já que a decisão foi do Governo, de trazer para aqui a barragem de forma a desenvolver o concelho de Mondim e evitar que Mondim se torne numa aldeia. Relativamente à variante, referiu que tinha a ideia de que ela ia passar mais por dentro, ou seja, que iria passar por baixo de dois dos arcos da antiga ponte do comboio e que teria duas faixas para cada lado, que a ponte seria mais larga também, com quatro faixas, e que ficaria já aqui uma obra de futuro para que Mondim se pudesse vir a desenvolver. Da maneira que a viu agora acha um bocadinho estranho porque se for apenas uma estrada nacional com apenas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

dois sentidos, de qualquer forma é bom porque temos uma ponte nova, mas apenas por isso porque de resto Mondim pouco vai ganhar com isso porque o que traria o grande desenvolvimento seria a barragem e a variante para que houvesse uma circulação mais fluida e que o trânsito fosse mais rápido e pudesse ter de facto mais vias. Esta é a sua opinião. Referiu que o senhor Presidente da Câmara saberá muito bem como falar com o senhor Primeiro Ministro António Costa e que, por acaso, o encontrou em Alcabideche e já tinha ouvido falar na notícia e transmitiu-lhe a sua tristeza por ser o Governo a renunciar o contrato e com essa medida impedir o desenvolvimento de Mondim. A resposta do senhor Primeiro-Ministro foi uma resposta simples mas honesta e disse que decisão definitiva não há nenhuma. Ora se não há nenhuma decisão definitiva, mais razão temos para chegar junto dele e pedir-lhe. Entende que esta sua ideia devia ser defendida por todos os grupos. Em relação à via rápida não tem a certeza se ela vai ficar apenas como uma estrada nacional, com apenas duas faixas, ou se vai ficar com as faixas que estavam previstas. Era esta informação que gostaria que o senhor Presidente da Câmara lhe desse. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que na última Assembleia Municipal foi criticado por falar na ponte e na estrada e por dizer que o município não estava preparado para o trânsito. E de facto considera que não está. Como exemplo mostrou uma fotografia que diz “estacionamento proibido” mesmo em frente ao posto da GNR e que de facto os carros estão lá e ninguém passa multas. Isto é a prova evidente de que a circulação do trânsito não está corrigida. Solicitou que estas fotografias fossem anexadas a esta ata. Acrescentou que também foi criticado nas redes sociais por não acreditar no desenvolvimento do concelho. Referiu que acredita na ponte, está à espera dela há muito tempo. Lamenta é que tenha o traçado que tem à vista do que tinha o traçado anterior. De seguida referiu que trazia um assunto que já tinha trazido há mais tempo que diz respeito ao depósito do ferro-velho que existe no Parque Florestal, queria anexar também estas novas fotografias para que não fique no esquecimento, e à semelhança disso, mostrou uma fotografia daquilo que considera ser o novo aterro de resíduos de construção, que não parecem resíduos de construção civil mas sim resíduos de construção da própria Câmara, que está atrás da biblioteca municipal. Também



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

solicitou que as fotografias fossem anexadas à ata. Por fim, referiu que não queria deixar passar em claro a visita que lhes foi concedida, depois de muita insistência do CDS-PP, à Casa da Igreja e dar os parabéns ao senhor Vereador Paulo Mota que os guiou na visita muito bem conseguida, das perguntas que lhe fizeram respondeu a todas com clareza. Lamentou o facto de terem ido lá sem que o Vereador Paulo Mota lhes desse uma solução à Casa da Igreja nem que os deputados saíssem de lá com a certeza de que a Casa da Igreja vai ser restaurada ou vai ser alienada ou vão ser feitas obras, sendo certo é que a Casa da Igreja tem sido tema de campanha por várias campanhas políticas e até hoje não se fez nada. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que registou a questão de que realmente a ação popular não levou a nada mas há que ter em conta uma situação muito desfavorável que é o desenvolvimento da justiça em Portugal que não foi melhorada pelo Governo do senhor Presidente. Não têm conhecimento de que essa ação tenha sido arquivada portanto acreditam que ainda esteja em desenvolvimento. Agora o que aprendeu e a ilação que tira é que de facto o senhor Presidente da Junta de Freguesia à data antecipou-se a um problema que o senhor Presidente da Câmara está a tentar resolver neste momento. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que está um pouco confuso porque o senhor deputado Torcato de Moura está preocupado com o estacionamento e o aumento do fluxo de trânsito, o senhor deputado José Lopes quer fazer duas faixas de trânsito para cada lado. Quase lhe apetece dizer: e umas portagens também não? Vamos ser corretos. Nunca houve nenhum projeto com duas faixas para cada lado. O traçado que está a ser feito neste momento é o traçado que foi estabelecido e é o projeto que está estabelecido. Há uma parte da estrada que está a ser feita até ao nó do Lordelo, que é a Variante do Tâmega, que irá continuar até ao Arco. Do nó de Lordelo para cá está a ser feita a variante à EN210. Nunca houve outro projeto. Se o há mostrem-no mas como ninguém mostrou ele não existe. Considera que quando se faz uma abordagem sobre algum assunto tem que se saber aquilo que se está a dizer porque a estrada é a que está projetada e ela está tão bem definida que o senhor deputado Torcato está agora preocupado com o aumento do número de carros. Nunca houve mais nenhum projeto, nunca esteve em causa as duas faixas para cada lado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Sobre a barragem, referiu que não é propriamente um anti barragem mas também não é um entusiasta da barragem e não consegue dizer a ninguém aqui nesta assembleia que, se Mondim tivesse barragem, teria mais possibilidades de desenvolvimento do que sem a barragem. Acha que há argumentos fortes a favor da barragem mas também há argumentos suficientemente fortes de quem acha que se pode desenvolver sem a barragem. Não tem esta ideia de que sem a barragem Mondim vai ficar mais pobre. O Governo tomou a decisão e teremos que viver com essa decisão e naturalmente que não irá incomodar o senhor Primeiro-Ministro com isto pois se a decisão está tomada teremos que viver com esse cenário. -----

O deputado municipal **Torcato Jorge Mota Queirós de Moura** usou da palavra para dizer que foi o senhor Presidente da Câmara que disse que há mais pessoas em Mondim, mais trânsito, mais circulação. Se há, diga como é que uma camioneta de turismo consegue entrar nas bombas da Galp e consegue dar inversão de marcha. Se o senhor Presidente consultar a rotunda que lá está verá que as guias estão fora de sítio. Diga se não vale a pena corrigirmos essa rotunda. São pequenas correções que precisam de ser feitas. É isso que defende e foi isso que quis dizer. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que não se queria envolver muito na questão da ponte pelo motivo que é uma das pessoas que defende que o desenvolvimento do concelho de Mondim de Basto não passa estruturalmente pela existência dessa acessibilidade. O certo é que realmente é uma luta que tem vindo a observar por parte do seu partido e, uma vez que o senhor Presidente da Câmara insiste em dizer que não existe outro projeto, tomou a liberdade, após o desafio que foi lançado ao vereador do CDS-PP em reunião de Câmara, de convidar o senhor Presidente da Câmara uma vez mais a uma sessão de esclarecimentos prevista para 9 de maio para perceberem se sempre existiu ou não este projeto com quatro faixas de rodagem. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para solicitar informação sobre um ajuste para a ampliação do edifício da piscina municipal cifrado em 58.000 Euros. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que não entrava em pormenores sobre sinais de trânsito pois entende que é uma área que cabe aos técnicos,



se há sinalização que está desadequada naturalmente que a Câmara está disponível para regularizar as coisas. Respondendo ao senhor deputado Torcato, entende que a rotunda da Galp faz sentido. O que está mal não é a rotunda, está lá um sinal e há camiões que não cumpriram a sinalizam. O senhor deputado devia criticar e censurar quem não cumpre a sinalização. Tem muito orgulho em ter feito a obra. Quanto ao projeto da estrada, pediu à senhora deputada Ângela Figueiras para não o apresentar num comício do seu partido, mas sim para o apresentar aqui a todos. Porque não o trouxe? Estão aqui todos os deputados, apresente o projeto que não tem. Para responder ao senhor deputado Bruno Ferreira, referiu que o que está a ser feito na piscina municipal é que o restaurante tem umas casas de banho que são comuns, quer ao restaurante, quer a piscina, é uma pretensão antiga de quem está a explorar e entendeu-se por bem fazer umas casas de banho independentes em cima para o restaurante, mantendo as de baixo para a piscina porque havia alguns problemas. Esta obra está a ser feita com esse valor que referiu. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer que pensa que foi clara pois referiu que não se queria envolver e que o repto tinha sido lançado ao Vereador do CDS-PP. Mas já que o senhor Presidente está a dar motivos para tirar ilações, a conclusão a que pode chegar é que o senhor Presidente da Câmara foi negociar uma variante sem saber qual é que era o primeiro projeto que existiu. -----

1.2 - Correspondência recebida e enviada pela Assembleia Municipal -----

De seguida, pelo Senhor Presidente da Mesa, Valentim Carvalho Macedo, foi presente a correspondência recebida e enviada. -----

2-Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 22 de fevereiro de 2019-----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a aprovação da ata da reunião de 22 de fevereiro de 2019 que foi aprovada por unanimidade dos presentes na sessão em causa. -----

2.2- Aprovação da Prestação de Contas do ano de 2018 -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para falar sobre o planeamento deste orçamento de 2018 que começou com o valor de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

11.258.000 Euros, sendo depois revisto para mais de 13.000.000 Euros, na altura anunciado como um dos maiores orçamentos deste executivo, que acabou por se fixar em 10.492.000 Euros, um valor ainda mais baixo do inicial. Alguma coisa falhou ou não correu como planeado e verificou-se uma diferença entre o orçamento inicial e o orçamento final de quase 1.000.000 Euros. Durante o ano de 2018, tivemos duas revisões orçamentais, dezasseis alterações ao orçamento da despesa, quatro alterações ao orçamento da receita, doze alterações ao plano plurianual de investimentos e dez alterações ao plano de atividades municipais. Quanto à orientação estratégica e política, ou falta dela, creio que estes números são esclarecedores. Mas não falhou tudo. E a bom da verdade, e sempre o disseram, continua-se a cumprir o pagamento da dívida a médio prazo o que os deixa naturalmente satisfeitos. Assim como foi também importante a conclusão do inventário que, embora tenha ocorrido quase uma década depois da tomada de posse deste executivo, mas certamente que foi um trabalho difícil e complexo, e o resultado disso foram as várias vezes que foi questionado para a sua concretização. Referiu que gostava de tecer algumas considerações acerca deste relatório para depois deixar algumas questões. Em primeiro lugar, deixou um reparo, e creio que terá sido uma gralha no documento, relativamente ao quadro 31 da página 73 que deve estar trocado pois onde deveria constar a estrutura de despesa está repetida a estrutura de receita. Relativamente à conta de gerência, referiu que a verdade é que sem o saldo transitado de 2017, o resultado do exercício de 2018 teria sido negativo, não querendo contudo desvalorizar o saldo transitado porque se deve ter essa consideração. Não deixa de ser importante é verificarmos que há uma diferença entre o saldo transitado de 2017 para 2018 relativamente a 2018 para 2019 de menos 500.000 Euros e grande parte desta receita foi gasta em despesa corrente que neste orçamento aumentou 5%. Deixou o alerta para que o aumento da despesa corrente verificada nos últimos anos seja algo preocupante que terá de ser considerada em termos de gestão. Por outro lado, ao nível da receita de capital, verifica-se uma execução de somente 36% do valor total, um valor muito baixo para a nossa condição financeira e para o peso das receitas próprias relativamente às receitas totais. Mas mais preocupante é a execução de apenas 3% da rubrica participações comunitárias em projetos cofinanciados o que significa categoricamente, e passou a citar o próprio documento “ que não foram executados os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

montantes de investimentos previstos no orçamento”. Portanto há aqui um défice muito grande de capacidade de execução dos investimentos previstos. Quanto à estrutura de receitas próprias, chamou a atenção para o aumento de 18% na receita da água, saneamento e resíduos urbanos, um aumento significativo pois é este que pesa diretamente no bolso dos mondinenses. Relativamente à despesa com pessoal, referiu que em 2018 verificou-se a maior despesa dos últimos cinco anos, que são aqueles anos que são dados a comparar, com a remuneração de órgãos autárquicos superior a 107.000 Euros. É caso para dizer que a maioria conquistada nas últimas eleições está a pesar nas contas do município. A despesa com o pessoal aumentou 8%. Este aumento poderia até ser parcialmente justificado com o aumento de dez colaboradores que houve em 2018 relativamente a 2017 mas não se pode é, em simultâneo, terminar o ano com recorde de despesa de pessoal em regime de tarefas e avenças num valor superior a 90.000 Euros, relembrando que em 2014 este valor era zero. Deixou então algumas questões ao senhor Presidente da Câmara: Como justifica a execução da receita de capital de apenas 3% na rubrica participação comunitária em projeto cofinanciados? Se entende sustentável para o município o aumento em simultâneo da despesa com os titulares de órgãos autárquicos com o pessoal e com pessoal em regime de tarefa e avença? Por fim, verifica-se que pelo terceiro ano consecutivo a rubrica vendas de bens de investimento possui 0% de taxa de execução - uma rubrica com uma dotação inicial de 250.000 Euros pelo que questionou quais são os bens de investimento previstos para venda ao longo destes três anos que nunca se venderam e se estamos de alguma forma perante uma previsão de receita irreal. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que aquilo que lhe ocorre dizer ao senhor deputado Bruno Ferreira é que não falhou nada. O que falhou foi o seu discurso, do princípio ao fim. O senhor deputado tentou dizer que falhou muita coisa ou quase tudo mas não falhou nada. Em primeiro lugar, relativamente à despesa com o pessoal, não sabe se o senhor deputado deu conta, mas este Governo descongelou as carreiras e houve um aumento do salário mínimo. Houve 61 trabalhadores da Câmara que viram aumentado o seu rendimento disponível e esse sai do orçamento da Câmara. É por isso que a despesa com o pessoal aumentou 8%. Também falhou quando não disse, porque muitas vezes a Câmara é criticada por não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

prestar serviços à população porque tem menos trabalhadores, que a Câmara contratou ao abrigo do programa de regularização extraordinária de vínculos precários 9 trabalhadores. Ora esses novos trabalhadores são pagos pela Câmara logo há mais despesa com o pessoal. É importante perceber porque é que a despesa com o pessoal aumentou. Depois, o senhor deputado também falou na rubrica vendas de investimento: pensa que não é 250.000 Euros mas sim 250,00 Euros, que é uma rubrica que está aberta portanto não houve nenhuma falha de planeamento. Referiu que estava a tentar desmontar, e acha que está a conseguir, aquele seu discurso muito negativo. O senhor deputado enganou-se pois não há 250.000 Euros inscritos no orçamento. Quando é feito um orçamento, a previsão dos fundos comunitários, muitas vezes ou quase sempre, não depende do planeamento da Câmara e, portanto, muitas vezes são inscritos projetos no orçamento que depois não se vêm a executar não por responsabilidade da Câmara. Estas discrepâncias entre aquilo que estava programado e aquilo que foi executado deve-se muito a isso. Acrescentou que em 2019 se irá verificar outro impacto, não por responsabilidade da Câmara, porque os concursos muitas vezes atrasam-se, há obras que por vezes se querem iniciar no início do ano que muitas vezes acabam por passar para o ano seguinte, portanto há aqui situações que são alheias à Câmara. Referiu que neste momento, estão 16.359.000 Euros em obra, em concurso ou a começar e que se estava a prever que algumas destas obras no ano passado teriam uma execução superior àquela que se verificou por circunstâncias alheias ao município. Terminou dizendo ao senhor deputado Bruno Ferreira que não há falta de capacidade de execução, muito pelo contrário pois há uma grande capacidade de execução dos fundos comunitários. -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que relativamente à rubrica venda de bens e serviços de investimento iria obviamente verificar se é verdade ou não e, caso se tenha enganado, obviamente que o assumirá. Mas referiu que o senhor Presidente explicou o aumento da despesa com pessoal, aliás o próprio deu o exemplo da contratação de dez funcionários, mas que não deu justificação para os outros aumentos relativamente ao pessoal, nomeadamente nos titulares de órgãos autárquicos e o regime de tarefas e avenças e a verdade é que, se há mais pessoas a trabalhar no município, não se compreende porque é que se continua a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

aumentar a verba relativamente ao regime de tarefas e avenças. Relativamente à capacidade de investimento, referiu que, e aqui o senhor Presidente não o desmentiu, o que o relatório diz é que apenas 3% foi executado no que diz respeito às participações comunitárias e projetos cofinanciados. Relativamente à receita de capital o próprio relatório assume somente 36% de capacidade de investimento e, tendo em conta a própria situação financeira que o senhor Presidente da Câmara acabou de referir, será cada vez mais premente recorrer aos fundos comunitários se quisermos ter a capacidade de efetivamente conseguir atrair investimento para o concelho e, tendo em conta a importância do investimento comparticipado, depois afinal verificamos que a execução de um foi de 3% e de outro foi 36% pelo que entende que está bem evidente o que é capacidade ou não. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para colocar algumas questões ao senhor Presidente da Câmara no que respeita à estratégia de desenvolvimento turístico que é a sua área técnica. Lembra-se que na última Assembleia perguntou ao senhor Presidente da Câmara qual era o investimento global que previa para o setor do turismo e o senhor Presidente não respondeu mas referiu que leu a apresentação da sua estratégia em que o montante rondaria os 2.000.000 Euros em candidaturas aprovadas, executadas e submetidas. Perguntou ao senhor Presidente pelas candidaturas que se revelaram inelegíveis. O que é que pensa fazer? Quais foram os motivos desta inelegibilidade? Vai submetê-las novamente? O que é que pretende fazer relativamente à valorização das quedas do rio Cabrão, em que há um investimento de 500.000 Euros, e relativamente às condições de visitaçào do miradouro das Fisgas de Ermelo, em que se fala de 208.000 Euros, que acredita que tenha sido uma candidatura que referiu como turismo acessível. Não sabe se está em erro ou se na altura terá percebido mal. Uma outra coisa que reparou com alguma facilidade é a nível de estratégia no setor do turismo. Numa das últimas assembleias municipais perguntou se havia algum documento relativamente à estratégia até 2028 para o setor do turismo em Mondim de Basto que não está disponível no site da Câmara. Não sabe se existe pois o senhor Presidente não lhe respondeu pelo que volta a corroborar essa questão. Em matéria de marketing territorial, pensa que se trata da candidatura que a Câmara desenvolveu no âmbito Mondim – Destino por Natureza e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

deu os parabéns porque acha que do ponto de vista de marketing é um bom slogan e funciona muito bem. Apenas lamenta que seja confinado às Fiskas de Ermelo e não a uma marca territorial que é o Parque Natural do Alvão ou o Alvão em si enquanto território, e diz isto porque a curto prazo acredita que tenhamos uma garantia de que a candidatura das Fiskas de Ermelo a Património Natural da Unesco caiu. O senhor Presidente nunca o afirmou publicamente mas acredita que tenha caído e daí achar que é um bocadinho descabido continuar a insistir num património que, por si só, individualmente, não tem valor garantido para ser aprovado. Do ponto de vista estratégico para o turismo, acha que é um erro crucial quando o próprio projeto 2020 refere abordagens territoriais integradas. Portanto temos um território do Alvão que integra o município de Mondim, integra Vila Real, Ribeira de Pena, Vila Pouca, pelo que considera que é perder tempo, num contexto global, e até europeu, com esta candidatura. Queria perceber como é que o senhor Presidente vai agora avançar com estas duas candidaturas. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder que estas questões das candidaturas são dinâmicas. Havendo candidaturas que não conseguimos encaixar ou que não foram ilegíveis num determinado programa iremos tentar noutra programa. Já fizemos o trabalho de casa, sabemos o que é que temos de fazer, sabemos em que candidaturas nos podemos enquadrar, o quadro comunitário ainda não terminou. Naturalmente que nós temos estes projetos e iremos certamente candidatá-los e tem quase a certeza absoluta que essas candidaturas serão aprovadas e executadas num próximo mandato. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para perguntar ao senhor Presidente se, ainda que com a queda destas duas candidaturas, não pretende reformular a sua estratégia de desenvolvimento turístico para o concelho, reposicionando-o na escala do norte de Portugal. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder à senhora deputada que a estratégia foi apresentada há um ano atrás. As estratégias não são uma coisa de mercearia que agora andamos aqui a alterar só porque a senhora deputada acha que tem um ascendente quase intelectual sobre todos os outros sobre o turismo. A estratégia foi apresentada há um ano atrás, fez parte de uma das candidaturas e essa



estratégia está a ser executada e os resultados estão a aparecer. Não há razão nenhuma para rever uma estratégia que está a dar resultados. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para dizer ao senhor Presidente que já está habituada a essa sua forma de defesa mas que se vamos falar em ascendente intelectual, ou aquilo que o senhor queira dizer com isso, também tem muita opinião acerca do senhor Presidente e nem por isso vem aqui manifestá-lo publicamente. Acha que é uma questão de educação, além de que o senhor Presidente não a conhece profissionalmente para estar a tecer considerações relativamente aquilo que propõe. Estamos numa Assembleia, aquilo que o senhor defende em democracia, pelo que tem direito à sua opinião, o senhor Presidente tem a sua, respeita-a com toda a consideração. Agora ascendente intelectual não tem. Tem um curso, uma licenciatura de cinco anos, duas pós-graduações e um doutoramento que lhe permitem fazer isso. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para dizer que a senhora deputada acabou por confirmar aquilo que disse. Realmente a senhora deputada quer ter um ascendente intelectual pois fez questão de nomear os títulos académicos. Olhe eu não tenho nenhum doutoramento nem nenhum mestrado, tenho uma licenciatura e há aqui muita gente que não tem licenciatura nenhuma. -----

Não havendo mais intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a **Aprovação da Prestação de Contas do ano de 2018**, que foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e cinco abstenções. -----

2.3- 1ª Revisão ao Orçamento de 2019 -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **1ª Revisão ao Orçamento de 2019** que foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e cinco abstenções. -----

2.4- 2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019 -----

Não havendo intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa** colocou à votação a proposta **2ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2019** que foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e cinco abstenções. -----



2.5- Prévia autorização de assunção do compromisso plurianual para a contratação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos indiferenciados e limpeza urbana no concelho de Mondim de Basto -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Prévia autorização de assunção do compromisso plurianual para a contratação de serviços de recolha e transporte de resíduos urbanos indiferenciados e limpeza urbana no concelho de Mondim de Basto que foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e cinco abstenções. -----

2.6- Nomeação do Revisor Oficial de Contas -----

Não havendo intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a proposta Nomeação do Revisor Oficial de Contas que foi aprovada por maioria, com dezasseis votos a favor e cinco abstenções. -----

2.7- Apresentação do Relatório Anual de Avaliação de Atividade da CPCJ no Ano de 2018-----

Relativamente a este ponto da ordem do dia foi feita uma breve apresentação pela senhora Vereadora Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa. – -----

O deputado municipal Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que o número de casos não vem referido no relatório, informação que foi agora dada pela senhora Vereadora, não podendo efetuar um termo de comparação com os anos anteriores, pelo que pediu que fosse dada essa informação a esta assembleia comparativamente ao mesmo período do ano anterior, se estamos perante um aumento ou diminuição de casos. Questionou relativamente ao ponto 2.7 do relatório se existiu um plano local de promoção e proteção dos direitos das crianças e jovens visto que foi assinalado que não e perguntou se está em desenvolvimento este plano. -----

A senhora Vereadora Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa usou da palavra para referir que os casos na Comissão não têm vindo a aumentar mas que lhe parece é que as pessoas estão muito mais sensíveis para a problemática das crianças. Enquanto até aqui havia crianças que estavam sujeitas a maus tratos e não havia denuncia, neste momento notamos que, não tendo aumentado os casos, estes chegam com mais frequência do que outrora. Em relação ao ponto 2.7, ser a prevenção é um projeto



nacional e já pedimos que a nossa comissão entrasse nesse projeto. No entanto, nós temos a nível local outro tipo de prevenção e cursos sobre parentalidade para os pais. --

Não havendo mais intervenções, foi deliberado tomar conhecimento do **Relatório Anual de Avaliação de Atividade da CPCJ no Ano de 2018-**. -----

2.8- Informação do Executivo -----

O deputado municipal **Bruno Miguel de Moura Ferreira** usou da palavra para dizer que verifica na informação da atividade municipal que o executivo esteve presente na XVI Feira de Nanterre pelo que questionou o senhor Presidente sobre qual foi a comitiva do executivo que esteve presente nesta feira em representação do município e para fazer um balanço dessa participação. Gostava também de ter esclarecimentos sobre uma adjudicação à empresa Geada de 21.500 Euros para acompanhamento técnico e responsabilidade sobre o acompanhamento das instalações elétricas, em que consiste este ajuste direto à empresa Geada. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para responder que este valor decorre de uma obrigação legal da contratação de uma empresa de fiscalização de acompanhamento técnico de responsabilidade de exploração das instalações elétricas, tendo sido pedidas três propostas a três empresas e a empresa que fez o valor mais baixo foi aquela que foi adjudicada. Sobre a Feira de Nanterre referiu que esteve presente o senhor Vereador Paulo Mota que irá prestar os esclarecimentos solicitados. -

O senhor **Vereador Paulo Mota** usou da palavra para dizer que é a segunda vez que o município está na Feira de Nanterre que é a grande feira da “portugalidade” onde estão 21 municípios, cada um com os seus stands e produtos regionais. Mondim esteve lá com um stand com produtos regionais. A feira sob o ponto de vista da promoção do concelho e contacto com os nossos emigrantes corre muito bem, sob o ponto de vista da promoção dos produtos regionais corre melhor ainda porque efetivamente é uma feira que acontece num período muito interessante que junta sempre muita gente. A manter-se o acolhimento e o resultado desta feira, será uma feira a manter porque cumpre dois objetivos: o contacto com os nossos emigrantes e uma boa promoção dos produtos regionais. -----

A deputada municipal **Ângela Eduarda de Oliveira Figueiras** usou da palavra para colocar uma questão sobre a componente do turismo gastronómico. Referiu que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

gosta muito de ir ao Leilão das Carnes de Travassos pelo que perguntou se o executivo não acha que era hora de potenciar aquela atividade, dar-lhe dimensão, aumentar-lhe as atividades? Colocou outra questão no sentido de saber se vamos continuar nos fins-de-semana gastronómicos sem conseguir criar um prato efetivamente de Mondim. -----

O senhor **Presidente da Câmara** usou da palavra para perguntar se a senhora deputada acha que a Câmara não fez nada pelo Leilão das Carnes de Travassos? Antes deste executivo não havia nada e foi este executivo que pegou naquela atividade. É possível fazer mais, com mais investimento, mas com os recursos disponíveis fazemos aquilo que é possível fazer e fazemos bem e muito melhor do que era feito. Sobre o prato de Mondim, considera que se come muito bem em Mondim, tanto que aos fins-de-semana os restaurantes estão cheios, isso é um bom sinal que Mondim é um destino interessante que as pessoas procuram. Sobre um prato de Mondim acha que se pode pensar nisso mas com tempo pois ingredientes não faltam: temos bons vinhos, bons doces e boa carne. -----

2.9- Intervenção do Público -----

Sobre este ponto da ordem de trabalho não se registou nenhuma intervenção. -----

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO. -----

Tendo terminado as intervenções, o **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** colocou à votação a minuta das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente sessão, às dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida na sessão de 28 de junho de 2019, e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pelo Senhor Presidente de Assembleia e pela funcionária Emília de Carvalho Gonçalves, designada para o efeito pela Autarquia, que a redigiu, para valer como tal. -----







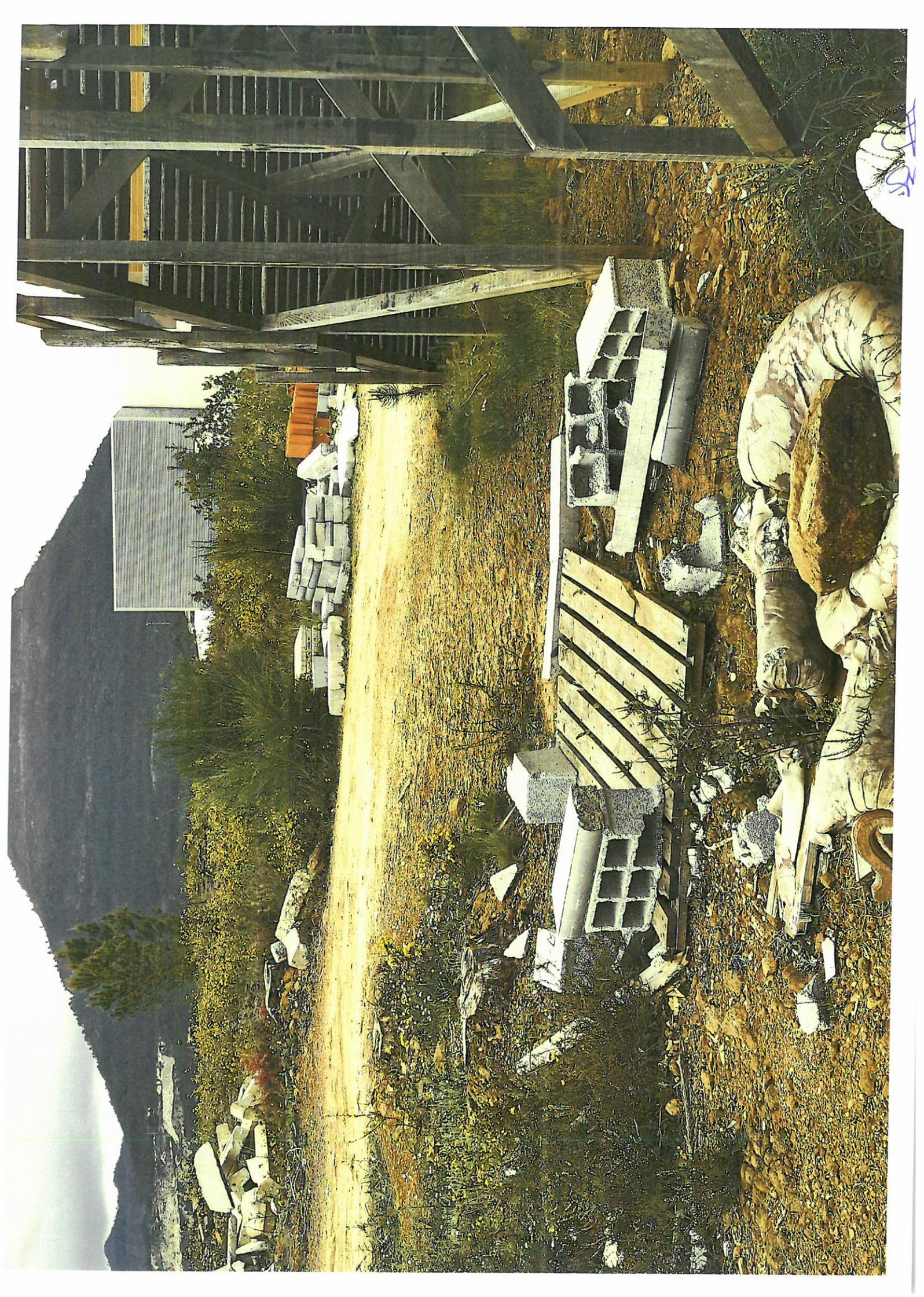








15











Handwritten blue scribbles or markings in the top right corner of the image.



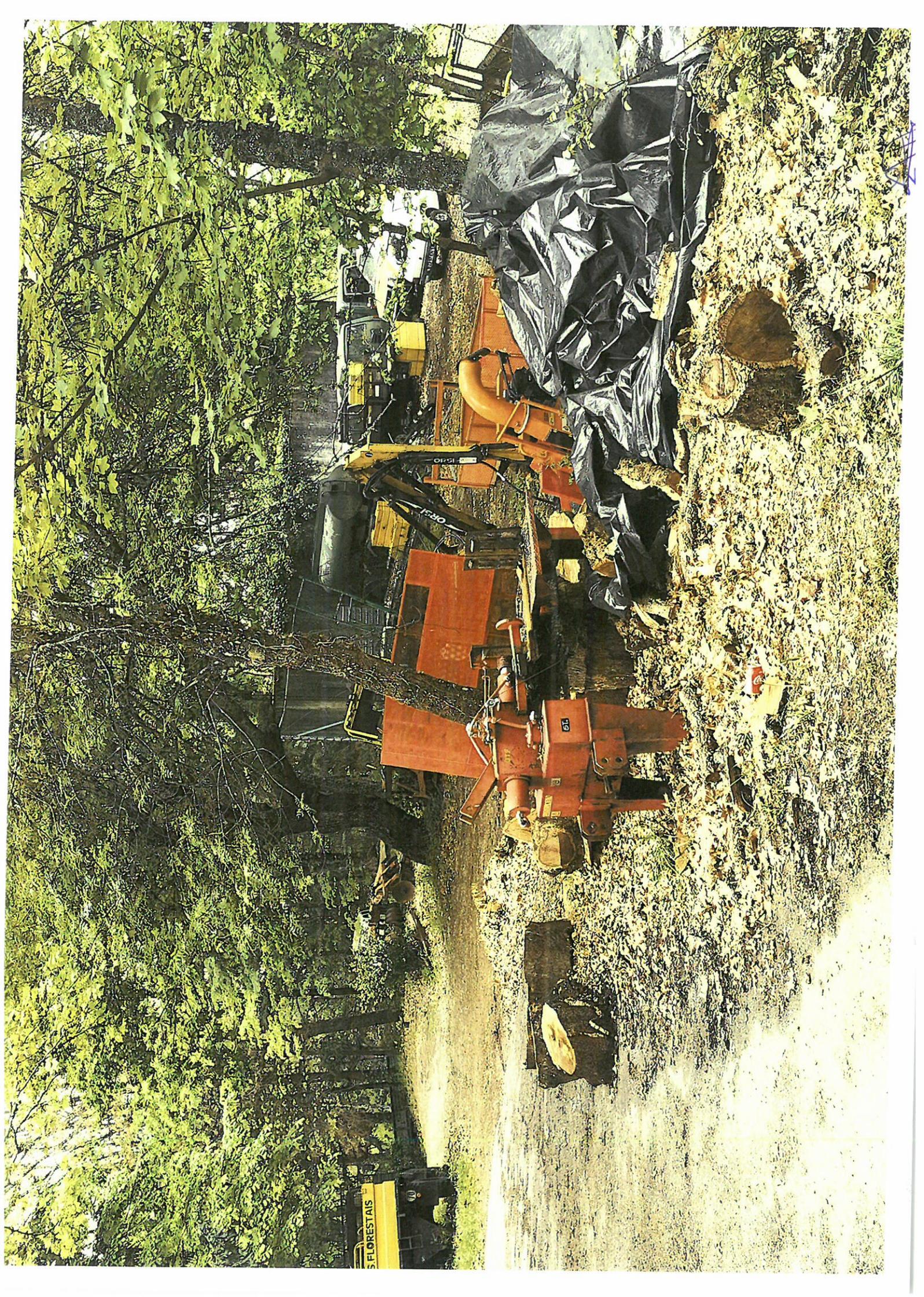












12/27



